

**GT 21 Educação e Relação Étnica Racial****ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL: A DESCOBERTA DO RACISMO**

Pedro Vítor Gadelha Mendes (PROLAM-USP)

**INTRODUÇÃO**

Gilberto Freyre inaugurou no seu livro “Casa Grande e Senzala” (Freyre, 1980) o que viria a ser conhecido como “democracia racial”. Essa idéia defende a não existência do racismo no Brasil em comparação a outras sociedades reconhecidamente racistas, como é o caso dos Estados Unidos. A ideia de uma sociedade sem racismo foi assimilada e divulgada pelos regimes nacionalistas posteriores ao lançamento do “Casa Grande e Senzala”, principalmente pelo Estado Novo e pela Ditadura Militar. Esses regimes procuraram construir uma identidade brasileira, um constructo que ajudasse na ideia de brasilidade nata. Negar a polaridade entre brancos e negros ao passo que se forja uma identidade mestiça convinha com o ideal nacionalista de centralização e naturalização de uma identidade brasileira. A democracia racial foi propalada por todo o País. O discurso que nega o racismo na realidade brasileira continua sendo acolhido e reproduzido pela maior parte dos veículos de mídia neste País. O não reconhecimento de um problema inviabiliza a busca de sua solução. O não reconhecimento do racismo tende a agravar a exclusão racial no Brasil.

No Ceará, estado cuja população negra é de 64% (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2010), uma peculiaridade histórica dinamitou a força que o discurso democrata racial encontrou na maior parte do País. No final do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, a exemplo dos institutos históricos espalhados pelo País, procurou integrar a até então província à história da civilização universal (OLIVEIRA, 2001). Para isso, buscou-se construir uma identidade cearense, um conjunto de elementos e práticas sociais que sintetizassem certa

natureza cearense iniciada com a chegada dos portugueses ao território. Junto aos eurodescendentes, foram somados a essa identidade os indígenas que cooperaram com a colonização portuguesa. Assim construiu-se a identidade cearense mestiça: civilizados por serem euro-descendentes e legítimos sobre o território ocupado por serem descendentes dos índios que ali viveram (OLIVEIRA, 2001).

Os historiadores do Instituto, ao considerarem que a presença do escravo foi ínfima na história do Ceará, negam o componente afrodescendente em suas contribuições físicas e culturais para a Pátria Ceará. Ainda que a presença escrava fosse de fato irrelevante, fato que não é unanimidade entre os historiadores, os intelectuais do Instituto incorreram em um equívoco ao relacionar diretamente o escravizado com o negro. Nega-se no Ceará a presença de um pressuposto da democracia racial: a existência de negros na população cearense. Se não há negros, não há sequer a problemática que a democracia racial busca descredenciar: o racismo anti-negro (CUNHA JÚNIOR, 2008).

Assim como o restante do Brasil, o Ceará foi colonizado por portugueses. Diferente do colonialismo hegemônico representado pela Inglaterra, o colonialismo português instituiu um racismo tolerante à mestiçagem. Enquanto no racismo do colonialismo anglo-saxão, a origem determina quem deve ser passível de discriminação, no racismo propagado pelo português o que conta são os traços fenotípicos, uma vez que o próprio colonizador português já é mestiço (Sousa Santos, 2008). O racismo no Brasil é, por isso, marcado pelo preconceito de marca (NOGUEIRA, 1985, apud MUNANGA, 2010).

Frente ao constante argumento que nega o componente afrodescendente na formação do povo cearense e, por consequência, nega a existência da identidade negra hoje em nosso Estado, entrevistei estudantes africanos que, embora não tenham conexão imediata com os antepassados negros que ajudaram a construir o Ceará, tiveram muito a dizer sobre a sua condição de ser negro em nosso Estado, mesmo sendo estrangeiro. Todas as entrevistas foram realizadas no segundo semestre do ano de 2010.

## **O RACISMO “A LA CEARENSE” SENTIDO PELOS ESTRANGEIROS**

Dentre os seis estudantes africanos residentes no Ceará, todos eu identifiquei e se assumem como negros. Desse total, três são de Cabo Verde, um homem e duas mulheres, e três são de Guiné Bissau, uma mulher e dois homens. Todos os entrevistados estudavam na Universidade Federal do Ceará, com exceção de um que é estudante em uma instituição de ensino superior privada. Apenas dois dos entrevistados, os homens de Guiné Bissau, podem

ser identificados como originários de classe social pobre, enquanto os outros quatro provêm de uma classe média.

Busquei com os entrevistados negros depoimentos que comprovassem a permanência do discurso que nega a presença negra no Ceará. Após identificarem-se como negros e negras, perguntei qual era a reação da maioria das pessoas diante do seu reconhecer-se negro. Considero este um dos dados mais importantes de minha pesquisa: todos, sem exceção, narraram a ocorrência frequente e constante de um comportamento negador de sua identidade negra, o que levava, quase sempre, à sugestão de substituir-se o “negro” por “moreno”.

Através dos depoimentos, pude perceber que o mesmo processo de negação do negro se repetiu independente da “origem mestiça” do entrevistado. Mesmo com os estudantes africanos, pessoas sem ancestralidade brasileira ou cearense, foram narradas ocasiões em que a identidade negra lhes foi negada:

“Eu me lembro que na antiga casa onde eu morava, eu morava com brasileiros, uma família brasileira. Aí a gente tava falando, conversando sobre cor, raça, ser negro e tal. Aí eu disse ‘eu sou negra!’ e aí o homem, o dono lá da casa onde eu morava, disse ‘não, você não é negra, você é morena!’ . Eu olhei assim para ele e disse ‘Não, eu sou negra!’ ‘Não, você é morena! Isso é discriminação!’ ‘Por que discriminação se eu sou negra? Isso não é uma ofensa para mim! Do mesmo jeito que uma pessoa branca é branca, eu sou negra! Não tem por que eu me sentir ofendida se uma pessoa me chamar de negra ou preta, isso não é discriminação! Eu não acho que isso seja uma discriminação!’” Andreia, 22.

Apesar de Andreia ser cabo-verdiana, reconhecer-se negra e ser uma das entrevistadas de pele mais escura, ela narrou várias situações em que foi recomendada a não se identificar como negra e sim como morena. No Ceará toda uma estrutura social levou os entrevistados a se reconhecerem negros. Por outro lado existe uma campanha que desqualifica esse reconhecer-se. Uma série de experiências os leva a reconhecerem-se negros, mas há um discurso que nega a presença dessa identidade no Ceará.

O racismo é vivenciado, é sentido pelos negros no Ceará. Para haver racismo anti-negro, tem que haver negros. Se não há negros, não há racismo. Trata-se de uma lógica perversa onde é imputada a culpa de todo e qualquer racismo à presença da vítima: se não há vítima, não há racismo. É recomendada pelo discurso percebido, a negação da própria identidade negra.

A negação do negro no Ceará surge através da exclusão narrativa do componente afrodescendente na formação sociocultural do povo cearense por parte do Instituto Histórico do Ceará. A Democracia Racial dialoga com as peculiaridades do racismo cearense, criando uma realidade que utiliza a mestiçagem como justificativa para negar a existência de negros

no Ceará. Se se é mestiço, não se é negro. Mas essa relação não é estabelecida da mesma forma para com os brancos: a mestiçagem não os aniquila desta realidade. A mestiçagem é instrumentalizada discursivamente numa expectativa de borrar o negro da realidade cearense.

Há uma grande distância entre o que é dito e o que é praticado no âmbito das relações raciais no Ceará. A negação discursiva do negro neste Estado não só tenta negar aos negros o direito de assumir a sua identidade como também nega a herança afrodescendente na cultura cearense. Sequer debate-se a existência de uma estrutura racista uma vez que isso só poderia ser possível numa realidade em que o elemento negro fosse presente. Nega-se o racismo no Ceará em detrimento de uma discriminação baseada unicamente na classe social a que se pertence. O problema de exclusão e discriminação não seria de ordem racista: nada mais do que fruto de um preconceito que identifica quem é pobre e quem não é. Essa estrutura argumentativa que contrapõem raça à classe social foi citada várias vezes pelos entrevistados. Alguns alegaram perceber o racismo independentemente de signos que reflitam o extrato social a que se pertence.

“[...] Estava bem vestido, [...] chegando da faculdade. Pior era quando eu não tava, porque lá eu ficava com medo de andar arrumado, é perigoso, eu sentia o perigo, só que o fato de eu ser negro me ajudava, né? Mas eu ‘pô, mas o que eu faço? Ou eu me visto mal e fico andando mais tranqüilo, só que eu vou causar medo nas pessoas, ou eu tento me vestir bem, só que aí também pode os caras se tocarem que eu sou de fora e pensar que eu estou com dinheiro...’ aí complica. Mas eu percebi que não adiantava me arrumar porque mesmo assim as pessoas ficavam com medo.” Andy, 21.

Indo de encontro a essa visão que contrapõe a pertença racial à pertença de classe social no processo de exclusão, a maioria dos estudantes africanos, apesar de pertencerem a uma classe-média cabo-verdiana ou guineense, relataram sofrer constantes casos de racismo.

Para perceber as práticas racistas no Brasil é necessário cultivar certa sensibilidade. Isso porque, quando elas ocorrem, não são consideradas racistas pelos que as praticam. Idealiza-se um racismo similar ao refletido nas ações da *Ku Klux Klan* ou no regime do *apartheid* na África do Sul. Combater o racismo no Brasil é difícil pela dificuldade em fazer que os racistas se percebam como racistas. Imagina-se um racismo que não condiz com o praticado.

“É igual à menina que diz ‘ah, eu acho negro bonito, mas eu nunca ficaria com um negro’ e essa pessoa diz ‘não, eu não tenho preconceito nenhum’, então por que é? Eu já ouvi também ‘Eu não tenho nada contra negros, mas minha filha nunca iria se casar com um negro’, então o que é isso? Cara, isso tem demais aqui.” Andy, 21.

A prática racista não vem necessariamente de alguém que tem a intenção de cometer racismo, mas muitas vezes ela está inserida em um contexto de relações que são naturalizadas como não sendo racistas. Para determinada situação, qualquer explicação pode ser admitida, menos a que identifica um caso de racismo. A vivência mais relatada entre os homens entrevistados, brasileiros e africanos, diz respeito ao comportamento que os criminaliza. O homem negro, independente de sua pertença de classe ou do seu reconhecimento como estrangeiro, é alvo de medo e perseguição.

“É tão foda que toda vez que eu passo perto de um carro eu fico atento para escutar a travinha, sabe? Que eu sei que vai fechar. Aí eu senti ‘Pra!’ e a mulher já olhou assim, sabe? Só que eu passei e não entrei na rua. Eu passei para botar créditos. Aí quando eu tava voltando de novo, ela tinha destravado, ela fez isso de novo ‘pra!’ . Aí na hora eu fiz assim (sinal de louco), só que eu não quis, estava cansado, estressado do ensaio, aí eu não quis ir lá, mas geralmente eu vou, sabe? Mesmo que fiquem com medo. Quando eu atravesso o sinal, o pavor das pessoas dentro do carro, se eu fizer qualquer coisinha eu acho que morrem de susto.” Andy, 21.

“Assim, quando você entra num ônibus e senta em algum lugar, na cadeira do ônibus, dois e dois, quando você senta, a pessoa levanta. Você pensa que a pessoa vai descer na próxima parada, mas não, ela levanta, prefere ficar de pé, do que ficar sentada. Ou então, você entra num ônibus e a pessoa está de pé e você está ao lado dela, ela prefere ir na frente, mesmo que ela não vá descer, mas ela tem que ir na frente. A gente percebe aquelas coisas. É também o olhar das pessoas. O jeito que a pessoa está te olhando, tem aquele olhar de admiração. Todo mundo olha. (...) Mas tem aquele olhar que dá para perceber que aquela pessoa está me olhando, não é um olhar de boa coisa.” Hermesson, 27.

“Mas só que, quando você sai do seu país para outro país, sempre tem dificuldades. Se você chega em outro lugar, todo mundo começa a olhar para você, todo mundo começa a falar de um jeito que você percebe que o pessoal está falando de você por causa da sua cor. Às vezes gente sai na rua para ir a outro lugar. Por exemplo: a gente está passando por um lugar esquisito que não tem muito movimento. Se encontrando com qualquer pessoa, eu não sei se é por causa da nossa cor, às vezes as pessoas nos olham, estão vindo na nossa mesma direção, mas mudam de direção.” Sene, 20.

A criminalização do jovem negro está relacionada a uma sociedade acostumada a excluir os negros do acesso a bens materiais e imateriais. Historicamente se trabalhou para mantê-los excluídos e segregados. Essa segregação se reflete em vários âmbitos da vida de uma pessoa: em que lugares ela é bem vinda, que empregos ela deve ocupar, onde ela deve morar etc. No Brasil, após a abolição do escravismo criminoso (Cunha Júnior, 2008) nenhuma política que tentasse minimamente compensar todos os anos de trabalho forçado e os atentados à dignidade humana foi aplicada pelos poderes públicos. Pelo contrário: continuou-se a expulsar a população negra para a periferia das grandes cidades, substituíram a classe média negra até então existente por outra classe média branca que se formou graças aos incentivos do governo para a imigração europeia, continuou-se a explorar a mão-de-obra

negra em regime, muitas vezes, de servidão frente à inexistência de direitos trabalhistas etc. Todos esses processos históricos somados a uma realidade que permanece racista têm impedido que a população negra saia dos espaços em que foi confinada. Mas quando se sai desses espaços o racismo na sociedade fica mais evidente.

“Eu fui comprar um celular uma vez na Oi, no Benfica e tava uma menina lá, brancona, toda maquiada, de lente, tudo o mais. Aí eu entrei simplesmente ‘Boa tarde! Queria comprar um celular da Oi...’ – Ela toda, assim, diferente – ‘Você vai comprar à vista ou a cartão?’ ‘A cartão.’ ‘Você tem que identidade aqui?’ e eu ‘Não, eu esqueci em casa. Só tenho o CPF aqui.’ Só que o meu cartão era chip, e chip não precisa de identidade, só outro tipo de cartão. Eu nunca usei identidade com aquele cartão. E ela ‘Não, você não pode usar esse cartão, porque você não tem identidade.’ E eu: ‘não, moça, eu acabei de usar nos outros lugares e nunca ninguém tinha pedido uma identidade, porque justamente esse cartão só tem o chip’. Ela, ‘não, mas não sei o que, não sei o que...’ e eu, ‘tudo bem’. Aí eu desci, fui lá na C&A, fui comprar na C&A, só que lá era mais caro, aí tava uma amiga junto comigo, a Carla, ela é bem brancona. Aí foi a primeira vez que eu tentei testar isso. Mas eu não quis tentar porque talvez parecesse racismo até da minha parte. Aí eu disse: ‘Carla, faz um favor para mim? Tu pega o meu celular, tu vai lá em cima na Oi e tenta comprar um celular pra mim com esse mesmo cartão.’ Aí a Carla ficou toda envergonhada: ‘não, Roberta...’ e eu ‘vá lá, menina, por favor!’ Aí ela foi. Ela foi, a moça atendeu muito bem, só que ela não teve coragem de comprar o celular. Ela não pediu a identidade para a Carla. E a Carla ficou com vergonha de me dizer aquilo, eu senti, ela ficou toda se tremendo. Ela não queria ir. Eu ‘tudo bem, Carla, só para comprovar isso’. Porque eu senti, você sente! Nem liguei mais. Foi tudo bem. E foi a única vez.” Andeia, 22.

“Quando você vai num restaurante, o garçom atende você diferente de um branco. Você percebe a diferença. Demora mais para chegar, não dá muita atenção, a gente só sabe isso. Nos locais que você vai... Teve um dia que a gente estava procurando apartamento, num prédio bem caro. Aí o homem começou a rir da gente e disse ‘Não, aqui é muito caro, vocês não vão conseguir pagar aqui não’ aí eu perguntei: ‘Por quê?’ . Porque a gente é negro, estava de short, chinelo... aí a gente disse: ‘Não a gente só queria saber só o preço, a gente não é daqui, a gente pode pagar...’” Eveline, 23.

Tanto Andreia quanto Eveline, duas cabo-verdianas, sofreram racismo por frequentar espaços onde os negros pouco se apresentam como consumidores. Sua presença, mais do que surpresa, causa incômodo nos vendedores. É o racismo em atrito com a lógica de mercado. Obter cada vez mais lucros é uma lógica própria do capitalismo, que tende a discriminar quem tem menos. Discriminar alguém pela sua pertença racial é uma lógica do colonialismo, que discrimina quem é considerado naturalmente menos. Quando o racismo atrapalha a lógica de mercado que busca unicamente o lucro: tem-se um caso em que a colonialidade (Lander, 2005) atrapalha interesses capitalistas. É o que faz a vendedora criar subterfúgios para dificultar a venda do chip à Andreia e é o que faz o garçom atender mal Eveline no restaurante, embora ela esteja consumindo como qualquer outro cliente. Historicamente o negro cearense é excluído destes templos de consumo. Os estudantes africanos, ao chegarem no Ceará, não estão inteirados dos limites sociais tradicionalmente construídos pelos brancos

para segregar os negros. Não informados desses espaços de exclusão, eles rompem as fronteiras estabelecidas e transitam em espaços brancos. Andreia começou a descobrir o significado de ser negra em uma dessas transgressões:

“Antigamente eu já tinha ouvido minhas colegas falarem e tal. Nunca passei por uma experiência própria. Uma vez, quando minha irmã veio de férias pra cá, a gente foi pro shopping, a primeira vez que eu me senti negra e totalmente diferente mesmo, porque eu costumava andar mais com brasileiros. Aí, nesse dia, só fui eu e minha irmã para o shopping. Aí foi um dos dias mais estranhos, sei lá, da minha vida aqui no Brasil. A gente foi pro shopping: era como se a gente tivesse entrado num planeta diferente, num outro mundo. As pessoas olhavam pra gente como se fôssemos totalmente estranhas, como se fôssemos ETs. E a minha irmã se sentiu constrangida, olhou para mim e ‘Beta, eu estou com vergonha, tão olhando pra gente, tão olhando demais pra gente, parece que somos diferentes’ (...). E foi a partir desse dia que eu comecei a refletir sobre isso. E tiveram outras ocasiões, outros lugares em que as pessoas olhavam para mim assim de uma forma tipo ‘Meu Deus do céu, ela é muito negra, meu deus do céu, ela é negra mesmo, de verdade!’ E você sente isso, no olhar das pessoas, nos comentários que elas fazem entre elas. Isso te incomoda. Hoje não mais, não tanto quanto antes. Mas antigamente me incomodou muito, principalmente nesse dia que eu fui pro shopping.” Andreia, 22.

A atenção voltada para Andreia e sua irmã ao ultrapassarem as fronteiras da segregação cearense não é só fruto de uma curiosidade externada sobre as duas estrangeiras: é uma atenção que incomoda, é um jeito de olhar que faz com que ela e sua irmã se sintam agredidas em sua dignidade. Certamente esses olhares não iriam se dirigir da mesma forma a um estrangeiro anglo-saxão que também chama a atenção no contexto cearense por não ser um fenótipo comum. A diferença é que Andreia e sua irmã são negras e, apesar de serem estrangeiras, transgrediram um limite cuidadosa e delicadamente construído por um racismo que não pode usar a palavra “negro” como pedra fundamental. Esse processo de marginalização é constatado por vários entrevistados.

Os processos de marginalização de pessoas negras em espaços “destinados” para brancos não é apenas fruto da situação econômica em que se encontram a maioria dos negros no Ceará. Trata-se de um processo contínuo e constante de reedificação de limites. A população negra cearense historicamente lutou para preservar seus espaços, embora não tenha sido imune à constante realocação imposta pelo Estado branco. O mesmo Estado que constrói espaços pretensamente públicos, mas que se utiliza de outros mecanismos legais para manter excluída a população negra do usufruto desses espaços. Deparar-se com a edificação desses limites raciais no Ceará é uma surpresa para os estudantes africanos. Em seus países, eles nunca perceberam nenhum tipo de limite racial para os lugares que se pode frequentar. Ao chegar aqui deixam de ser “normais” para descobrirem-se estrangeiros e negros.

O racismo passa a ser vivido quando se chega à realidade cearense. Verbaliza-se a não existência de negros, percebe-se essa negação discursiva. Por outro lado se vive na prática os processos de exclusão que agem sobre o negro no Ceará. Parte-se muitas vezes de pressupostos que não são identificados pelos próprios praticantes dessa discriminação: evita-se tal espaço porque é “estranho”, antipatiza-se com alguém porque este é “boçal”, evita-se tal festa porque ela está “misturada” e tem-se cuidado com aqueles com “aparência suspeita”.

Pouquíssimas vezes o racismo neste Estado assume um caráter explícito. Geralmente isso ocorre em momentos de fúria, quando se perde o cuidado com todo e qualquer pensamento represado na mente. No entanto surpreendeu-me a existência de alguns poucos, porém relevantes, relatos de racismo explícito gratuito no Ceará.

“Até a polícia, cara, uma vez eu estava passando e aí passou um carro da PM: ‘Deve estar cheio de piolho isso aí’, falando isso pra mim. Isso foi aqui na Avenida da Universidade. Aí eu: ‘não vou falar nada, porque, de certa forma, eles são autoridade, né?’. Eu tava passando sozinho, tava voltando da faculdade, andando aqui, aí passou a PM: ‘deve está cheio de piolho isso aí’” Andy, 21.

“É falta de espaço: ‘ah, é porque é negro!’ Foi um menino do meu país que me disse, não estou lembrando quem é, que falou que ele foi colocar currículo em um lugar para estágio, esse negócio de estágio, trabalhar... ele é africano. Ele disse que chegou lá e o cara disse, quando ele entregou o currículo e foi para a entrevista, que eles não precisam de negros. Porque a empresa não trabalha com aquela cor. O cara não quer ser racista, mas foi! Eu disse: ‘o quê? Você tem que abrir queixa contra aquela empresa’. Não pode! E o menino disse: ‘não, deixa que não foi nem o primeiro lugar. Já passei por três lugares. Você chega para a entrevista e dizem que é improvável que você seja convocado, porque a empresa diz que é interesse da empresa trabalhar com gente da mesma cor’. Num país que você tem cor como esse aqui, cheio de mistura, nem na Europa eu acho que tem isso. E o que o menino falou... eu acho que eles também se aproveitam da pessoa para falar isso. Às vezes uma pessoa humilde chegando ali, pobrezinha, interessada em trabalhar, eles despejam tudo o que quiser, mas, eu tenho quase certeza que isso acontecendo comigo, isso não vai ficar assim. Mas também, do jeito que eu vou chegar... conheço os meus direitos, Pedro! Na lei brasileira você não tem o direito de falar isso para a pessoa na cara, na lata. Dá prisão! Não pode!” Cadija, 26.

Nos dois casos relatados uma peculiaridade pode ser observada: todas as manifestações racistas foram explicitadas em um contexto que inviabilizou a contestação por parte das vítimas. No primeiro, o fato de estar sozinho frente a autoridades impediu que Rafael respondesse às ofensas; no segundo, os estudantes africanos que já estão no Brasil em situações socioeconômicas não muito confortáveis pedem a chance de trabalhar para uma empresa que lhes nega justificando trabalhar com uma cor só entre seus empregados. A falta de uma justificativa mais elaborada que melhor escondesse o racismo das empresas pode nos indicar o não costume dessas entidades em lidar com candidatos negros a seus cargos. Mais uma vez, os africanos rompem as fronteiras racialmente construídas no Ceará.



Vindos de Guiné-Bissau e Cabo Verde, estudantes africanos descobrem-se negros ao chegar no Ceará. Sendo negros, apesar de estrangeiros, eles também vivenciam um cotidiano racista. Em um primeiro instante desconfia-se que a distância e o pouco contato com brasileiros seja consequência da sua condição de estrangeiro. Mas quando se é possível comparar o tratamento vivido no Brasil ao tratamento destinado a outros estrangeiros brancos no contexto cearense, fica evidente a nova identidade que precisa ser assumida:

“Quando a gente fala crioulo, o pessoal já tira onda. Mas se for um europeu falando alemão, eles podem até não entender porra alguma, podem a ter tá sendo chingados, mas eles acham massa. Isso é muito foda. Muitas vezes ali na letras aparece um europeu ou outro. Quando ele abre a boca para falar, você pode ter certeza, depois de dez minutos, já tem uma roda. Ele tá ali como um rei. Mas isso já não acontece com a gente.” Andy, 21.

“(...) tivemos poucos amigos. Não sei se era receio, alguma coisa, eu não sei. Mas tivemos poucos amigos no início e é por isso que a Eveline até hoje tem poucos amigos. (...) Por isso, porque ela ficou revoltada, porque no início ninguém dava bola para a gente. Aí chegaram as americanas, alemãs... Eu sentava ao lado daquelas americanas, mas os meninos corriam todos para lá. Convidavam para sair, convidavam para almoço na casa deles, mas com a gente não foi assim, (...) Aí correram todo mundo atrás das americanas. (...) Mas todo mundo, a maioria dos meninos ia atrás das Alemãs. Os amigos que o Guillermo (estudante italiano) tem, eu não tenho. Nem amigas. Chegava trabalho para fazer. O Guillermo podia faltar aula, mas o nome dele tava incluído em um grupo. Eu e a Eveline tínhamos que procurar para completar e formar um grupo. Sempre tivemos muita dificuldade para encontrar um grupo para fazer um trabalho de grupo. Por quê? Os meninos se uniam com os europeus e com os americanos e eu e a Alice ficávamos de lado, as africanas. Por quê?” Cadija, 26.

Descobrimo-se quanto negros no Ceará, os africanos se percebem possuidores de uma identidade considerada menor e menos importante. O isolamento e pouco contato com brasileiros deixa de ser naturalizado no instante em que é verificado o interesse pelos estrangeiros brancos. Se o problema não é com estrangeiros, então só pode ser com negros.

## CONCLUSÃO

Frente às vivências dos entrevistados, podemos concluir que no Ceará existe racismo, que na prática, tende a não ser reconhecido pelos que o reproduzem. No campo dos discursos, nega-se a presença negra em território cearense, ao mesmo tempo em que, no campo das práticas, se exclui o negro do acesso a bens materiais e imateriais. Frente às pessoas que se consideram negras um comportamento comum tenta embranquecer a negritude através de construções discursivas que se escondem por trás de nomenclaturas como moreno e caboclo.

No campo do discurso, a democracia racial não mostra a força presente em outros lugares do País, uma vez que um dos pressupostos desta teoria, a existência de negros, não é admitida. No entanto, há um diálogo entre essa estrutura discursiva nacional com a estrutura discursiva local. Apesar da negativa, é um racismo que criminaliza negro o colocando sob constante vigília, reproduzindo um modelo que mantém a população negra marginalizada do acesso a bens materiais e imateriais. Constroem-se limites raciais na cidade de Fortaleza delicadamente definidos por outros instrumentos em que não se pode ver explícito o racismo anti-negro. Essas fronteiras, quando ultrapassadas, causam nítido estranhamento percebido pelos que são vitimados por este racismo, seja na ocupação de postos de trabalho socialmente mais valorizados, seja na presença em espaços urbanos onde atua uma estrutura que “gentilmente convida” seus frequentadores negros a se retirar. É na transgressão a estes limites em que se monta uma rara situação em que se pode verificar com mais nitidez o racismo tão negado. Mas também foi verificadas situações de racismo explícito gratuito. Essas demonstrações tiveram em comum o aspecto fugaz, não possibilitando ao insultado a chance de se defender.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO CEARÁ 2010-2011. Fortaleza: Jornal O Povo, 2010.

BAPTISTA DA SILVA, Paulo Vinicius; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos namídia. In: DIJK, Teun A. van (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2001.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. **Revista e Política e Cultura**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação, Cidade e Afrodescendência: as formas territoriais e políticas do racismo no Brasil. In: PIZZI, Laura C. V. e FUMES, Neiza F. (Orgs.). **Formação do pesquisadoreducação: identidade, diversidade, inclusão e juventude**. Maceió: EDUFAL, 2007.

DIJK, Teun A. van. Introdução. In: DIJK, Teun A. van (Org.). **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro; Brasília: Livraria José Olympio Editora; IN L-M EC, 1980.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos In LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. (Colección Sur Sur). CLACSO, Buenos Aires, 2005. p 21-53.  
Disponível em: <[HTTP/bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/Lander/PT/Lander.rtf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/Lander/PT/Lander.rtf)>.

MARQUES, Janote Pires. **Festas de Negros em Fortaleza: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem como Símbolo da Identidade Brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887 – 1914)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, USP. São Paulo, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum; 4).